

Brasil recua na negociação da dívida

ESTADO DE SÃO PAULO

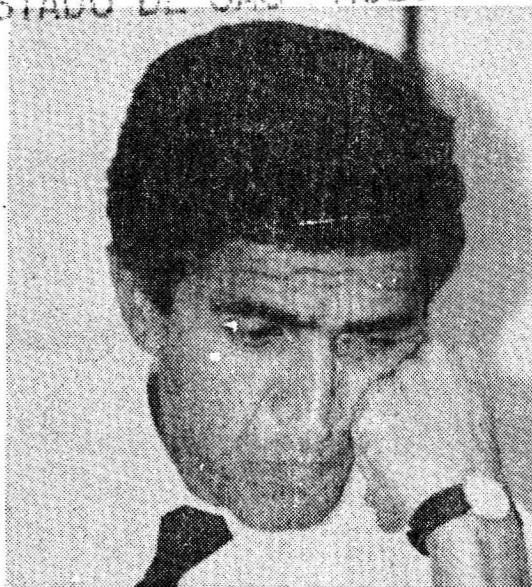
30 SET 1990

O governo Collor foi obrigado a negociar com os bancos antes de obter o aval do FMI

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O governo Collor ouviu o primeiro “não” na semana passada. A inusitada decisão das potências capitalistas de condicionar publicamente o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao programa de estabilização brasileiro à resolução do problema dos juros atrasados aos bancos credores expôs a desconfiança internacional sobre as intenções brasileiras na área da dívida. O episódio também desgastou as relações da equipe econômica com alguns de seus principais admiradores, a começar pelo diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, e forçou o governo a executar uma abrupta mudança de tática.

Em lugar de obter primeiro o acordo com o FMI, depois negociar com os governos credores no Clube de Paris e, só então, tratar com os bancos, como previa o plano inicial, o Brasil teve de aceitar uma nova sequência. Agora, vai nego-



André Dusek/AE - 16/7/90

Eris: “Vamos apresentar uma proposta lógica”

ciar primeiro com os bancos, numa posição enfraquecida, sem ter a garantia do acordo com o FMI. E terá que esperar pela chancela oficial da organização, que depende da qualidade das conversas com os banqueiros, antes de iniciar os entendimentos com os credores oficiais.

Da mesma forma, depois de ter insistido na tese de que as negociações com o FMI, com o Clube de Paris e com os bancos eram “desconectadas”, o governo foi levado a

admitir o oposto. Ao enfatizar, na semana passada, o interesse dos bancos privados no apoio do FMI ao Brasil (sem esse apoio, o País terá US\$ 1,8 bilhão a menos disponível, para pagamentos externos até princípios de 1992), o negociador da dívida, Jório Dauster, comparou a busca de entendimentos com os vários credores a “uma complexa tapeçaria”, na qual “as negociações estão todas conectadas”.

Finalmente, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, que chegou a Washington desautorizando interpretações da carta de intenção brasileira ao FMI que indicassem a disposição do País de contemplar a retomada de pagamentos aos bancos no curso das negociações, deixou a capital americana enfatizando precisamente esta possibilidade.

A inevitabilidade do recuo não parece ter sido absorvida facilmente pela equipe econômica. Mi-

nistra mais poderosa de um governo que parece inspirar-se em cada gesto no lema preferido do presidente Collor, “vencer ou vencer”, Zélia Cardoso de Mello não gostou da reportagem que o **Estado** publicou na terça-feira passada indicando que, diante das pressões, ela assumira “um tom defensivo”. “Nós não mudamos de posição”, afirmou a ministra.

O negociador da dívida, Jório Dauster, descontou como “exegese bizantina” a observação sobre a mudança da atitude oficial quanto à conexão das várias negociações. A exemplo de Dauster, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, o único bizantino dos membros da equipe econômica, no bom sentido da palavra, disse que as pressões internacionais que o Brasil sofreu na semana passada eram previsíveis. Visto cada vez mais como o interlocutor preferido pelos governos e outros credores externos, Eris disse ao **Estado**, na quinta-feira, que confia no sucesso da negociação com os bancos. “Em toda a minha vida, sempre me guiei pelo princípio de que as soluções mais lógicas e consistentes acabam vencendo”, disse ele. “Nós vamos apresentar aos

bancos uma proposta lógica”, acrescentou.

“Uma coisa é clara”, continuou o presidente do BC. “A percepção que se tem dentro do Brasil de que este governo faz exatamente o que promete ainda não existe fora”. Eris afirmou que “o Brasil tem uma capacidade de pagamento externo”. Mas lembrou que ela não é estática e depende tanto de variáveis da economia mundial, que estão fora do controle brasileiro, como do que os bancos estiverem dispostos a fazer para apoiar o programa de financiamento externo do País. “O nosso limite é que a solução encontrada não comprometa o programa de estabilização econômica, cujo êxito, eu suponho, é também do interesse dos nossos credores”, disse ele.

Nesse sentido, o governo, de fato, não recuou nem alterou o que há de essencial em sua estratégia de negociação com os bancos. O desafio, agora, é transformar esse objetivo em um resultado concreto num curto espaço de tempo. Até porque, como o subsecretário do Tesouro americano, David Mulford, lembrou na sexta-feira passada, o mundo não esperará que os bancos e o Brasil se entendam.